



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI Nº 2.799/2009

Altera a Lei nº 2.203/1997, que aprova a alteração da estrutura organizacional da prefeitura municipal de Ponte Nova.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhores Vereadores e Vereadora,

O encaminhamento desta iniciativa de lei, parte da necessidade de readequarmos o Serviço de Controle, Avaliação e Auditoria, face à expansão dos serviços ofertados no município.

Esta iniciativa de lei cumpre diretrizes do Sistema Único de Saúde, SUS (Lei 8.090/1990), Normas Operacionais Básicas, Pacto Pela Saúde (Portaria GM nº 399/2006) e as diretrizes de Regulação, e termo de Compromisso de Gestão Municipal (TCG).

Considerando que Ponte Nova é município em gestão Plena do Sistema Municipal, sede da macrorregião de saúde, possuindo serviços de média e alta complexidade, possuindo unidades próprias e unidades credenciadas/contratadas ao Sistema Único de Saúde.

Por esses motivos, solicitamos análise minuciosa do nosso pleito com a devida aprovação após a tramitação formal

Ponte Nova, 09 de março de 2009

João Antônio Vidal de Carvalho
Prefeito Municipal

Luiz Otávio Lopes Dias
Secretário Municipal de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 3.292
de 23.04.09

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
PROTOCOLO Nº 50/09
Data: 16 / 03 / 09
Assunto: _____

ASSINATURA

PROJETO DE LEI Nº 2.799/2009

Altera a Lei nº 2.203/1997, que aprova a alteração da estrutura organizacional da prefeitura municipal de Ponte Nova.

A Câmara Municipal de Ponte Nova aprova, e eu sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º Fica alterada a Lei nº 2.203/1997, que estabelece a Reforma da Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal de Ponte Nova, o Plano de Cargos e Salários e o número de vagas para o Concurso Público, e que dentro da Estrutura de Cargos da SEMSA – Secretaria Municipal de Saúde, passa a vigorar com a seguinte modificação:

Parágrafo Único Fica criada 01 (uma) nova vaga para Assessor de Controle e Avaliação, na estrutura de cargos da Secretaria Municipal de Saúde, Semsas, de recrutamento amplo, com remuneração prevista na Tabela Salarial para nível 905, gratificação nível 804.

Art 2º A remuneração do cargo previsto nesta lei, observará a revisão geral da remuneração dos servidores do Executivo, na mesma data e sem distinção de índices.

Art. 3º Integra a presente Lei, o demonstrativo de impacto orçamentário e financeiro para o exercício atual e dois seguintes, nos termos exigidos pela Lei Complementar Nº 101/2000.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Comissão de Finanças. Legislação Ponte Nova, 09 de março de 2009.

Justiça.

Em 23 / 03 / 09

João Antônio Vidal de Carvalho
Prefeito Municipal

Luiz Otávio Lopes Dias

Secretário Municipal de Saúde

Em 23 / 03 / 09

Presidente



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 3.292
de 23.04.09

PROJETO DE LEI Nº 2.799/2009

Altera a Lei nº 2.203/1997, que aprova a alteração da estrutura organizacional da prefeitura municipal de Ponte Nova.

ANEXO ÚNICO
IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Em cumprimento ao disposto nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar 101/2000, apresentamos a análise do impacto orçamentário e financeiro do projeto de lei epigrafado, ressalvado desde já que o mesmo se encontra de acordo com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, já que não contém matéria que infrinja tais dispositivos legais, conforme estabelece o artigo 16, II, da Lei Complementar 101/2000..

O presente projeto implicará em impacto orçamentário-financeiro para as contas públicas municipais, na ordem de R\$ 2.948,74 (dois mil, novecentos e quarenta e oito reais, e setenta e quatro centavos) por mês no exercício de 2009, apurado conforme a seguir:

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO	Valores de Impacto		
	2009	2010	2011
Assessor de Controle e Avaliação	32.436,14	39.365,05	41.333,30

Obs: Projetado reajuste de 5% (cinco por cento) para os exercícios de 2010 e 2011.

Embora haja acréscimo de despesas, não haverá comprometimento do percentual de gastos com pessoal, nem afetarão as metas fixadas para o resultado primário e nominal, atendendo-se, assim às exigências do art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, LRF.

Ponte Nova, 09 de março de 2009

João Antônio Vidal de Carvalho
Prefeito Municipal

Wanderley Ribeiro Ferreira
Secretário Municipal de Governo

Aparecida Maria Cardoso
Secretária Municipal de Fazenda